

# CARTA DE PRINCÍPIOS



## MANDATO CIDADANISTA

*com*



**Célio Turino**

*pelo*

**BEM  
VIVER**



# MANDATO CIDADANISTA

Pré-candidatura de CÉLIO TURINO  
a Deputado Federal do Estado de São Paulo  
pelo PSOL



*ruptura com a política nefasta que domina o Brasil hoje requer uma mudança radical. Nossa proposta é um mandato com propósito social, para representar e obedecer a vontade do povo com humildade, e nunca impor sobre ele a sua vontade; para servir em benefício do povo e não para servir-se do seu poder; para propor e convencer através do diálogo, e não para vencer ou impor sua posição.*

O Mandato Cidadanista está sendo proposto por um grupo de amigos e amigas que acreditam que, neste momento, é fundamental assumirmos nossa responsabilidade cidadã e lutarmos para renovar e ocupar a arena política. Para isso, planejamos um novo formato de mandato parlamentar, o Mandato Cidadanista, compartilhado, transparente, inclusivo e comprometido com o Bem Comum. Este projeto político é liderado pelo historiador Célio Turino, que se apresenta então como pré-candidato a Deputado Federal do Estado de São Paulo, pelo PSOL.

O Mandato Cidadanista se fundamenta em um modelo de Governança inovador, e em uma Carta de Princípios. Nesta Carta, apresentamos os princípios pelos quais acreditamos que devemos lutar para tornar o Brasil um país melhor, a serviço de seu povo e de uma cidadania planetária, que promova a cooperação e a solidariedade entre os povos.

# CARTA DE PRINCÍPIOS

## Reformas Estruturantes na Política e no Estado

1. A atuação parlamentar não deve ser uma profissão. É preciso se estabelecer um limite para a reeleição sucessiva de parlamentares de todos os níveis, federais, estaduais e municipais, para que outras pessoas possam ter a oportunidade de participar da vida política, e para evitarmos a criação de feudos de poder como os que hoje existem.
2. Todo candidato eleito a um cargo público deve cumprir integralmente seu mandato. Não deve poder abandoná-lo para concorrer a outro cargo legislativo e nem para assumir cargo no Poder Executivo.
3. As desigualdades na representação política precisam ser reduzidas, inclusive a desigualdade entre gêneros e a desigualdade étnica.

**Saiba mais:** Hoje um eleitor de Roraima tem um peso 11 vezes maior que um eleitor de São Paulo na representação política na Câmara de Deputados.

4. É fundamental estimular uma maior participação das mulheres, e as nações indígenas também precisam ser devidamente representadas.
5. É necessário criar mecanismos para ampliar a participação cidadã na política, permitindo a ocupação de espaços de poder de forma distribuída, assim como no acompanhamento de licitações, contratações e medições de serviços públicos.
6. O custo da atividade parlamentar no Brasil precisa ser reduzido drasticamente, pois é o mais caro do mundo, e reduzir, inclusive, o número de parlamentares.
7. A verba anual para as Emendas Parlamentares deve ser extinta, pois historicamente tem sido usada como forma de barganha política, para aumentar a influência dos parlamentares em sua região, prejudicando a renovação política.

8. O Fundo Público Eleitoral deve ser extinto, pois distorce por completo a vontade do eleitor em renovar o parlamento, pois os recursos são concentrados nos grandes partidos, exatamente os maiores responsáveis pela degradação da política no Brasil.

**Saiba mais:** Em 2018 o valor deste fundo é de R\$ 1,7 bilhão.

9. Devemos manter a proibição do impedimento de contribuições de pessoa jurídica às campanhas e aos partidos, e manter um teto para despesas eleitorais e um teto nominal para doações de pessoas físicas para campanhas eleitorais, incluindo dos próprios candidatos.
10. Os cargos de livre nomeação devem ser reduzidos a, no máximo, 1% dos cargos públicos.

**Saiba mais:** Hoje temos mais de 600.000 funcionários em cargos de livre nomeação no Brasil, o que representa 5% do total de cargos públicos.

11. Precisamos efetuar uma reforma no Estado, focada na eficiência da gestão pública e na valorização das profissões cujos serviços são os mais cobrados pela população, como os profissionais da educação, da saúde e da segurança.

**Saiba mais:** Hoje, os servidores mais valorizados são os que vigiam (Ministério Público), os que julgam e punem (Justiça) e os que arrecadam (Receita Federal).

## Direitos Humanos, Educação e Cultura

12. Todas as atividades através das quais o ser humano se realiza como indivíduo – como religião, arte, educação, esporte, ciência etc – devem ser administradas com autonomia pelas respectivas comunidades, inclusive as que forem públicas, de forma transparente, compartilhada e participativa. Só pessoas livres podem promover e desenvolver a liberdade, a justiça, a paz no mundo e a dignidade humana.
13. Nenhum ser humano deve ser convertido em meio para fins de outro, pois cada um é um fim em si mesmo, tem o direito à sua própria individualidade e a criar o seu próprio caminho.

- 14.** Conceitos produtivistas não podem sobrepor-se à natureza humana, razão pela qual a educação infantil e fundamental deve respeitar a maturidade das crianças para cada fase do aprendizado, de acordo com o conhecimento antropológico e pedagógico academicamente reconhecido.
- 15.** Devemos criar políticas e instrumentos de estímulo a uma revolução cultural, com a participação ampla e democrática das organizações e movimentos sociais, no sentido de construirmos uma sociedade solidária, igualitária e inclusiva, onde todos sintam-se acolhidos e, ao mesmo tempo, por ela corresponsáveis.
- 16.** A educação precisa proporcionar oportunidades iguais de desenvolvimento humano a todos os indivíduos. Todo cidadão deve ter direito a uma educação básica completa, independente de condição social, religião, gênero, cor ou etnia, e ninguém deve ser excluído deste direito devido a ser, aparentemente, menos capaz de aprender.
- 17.** A educação não pode basear-se em princípios elitistas de seleção, e deve ser crítica e transformadora, combatendo o racismo, a LGBTfobia e o machismo. O acesso à educação em todos os níveis de formação deve ser amplo e irrestrito fazendo com que o vestibular e outras formas de seleção deixem de existir. A escola deve estar a serviço da criança e do jovem, e não o contrário.
- 18.** A educação deve ser permeada pela arte e pela cultura, e ajudar os jovens a desenvolver um pensamento claro, senso estético, criatividade, sensibilidade moral, sociabilidade, solidariedade, responsabilidade socioambiental e uma grande vontade de atuar no mundo.
- 19.** Devemos fomentar e institucionalizar a cultura de prevenção, mediação e conciliação de conflitos bem como a sensibilidade para o exercício da tolerância, da pluralidade, do respeito e dos direitos no cotidiano do ambiente educacional.
- 20.** É fundamental estimular o desenvolvimento das expressões artísticas e culturais próprias de cada comunidade, para que a sua identidade cultural se fortaleça, enriquecendo a diversidade e a própria identidade cultural do país.
- 21.** Fortalecer a cultura ativa e interativa, e combater a cultura passiva, a pseudocultura que acontece na frente da televisão, com seu pedágio comercial, e que nada mais é do que a indústria do consumo, em que a cultura entra apenas como engodo.

- 22.** As crianças devem ser protegidas da propaganda e do consumismo, e a cultura da competitividade a qualquer custo deve ser substituída pela cultura da fraternidade. O verbo TER precisa deixar de ser sinônimo de Felicidade, para que as futuras gerações passem a dar mais importância à cultura, à natureza e aos valores humanos, e se conscientizem da importância de diminuir o consumo.

## Governo, Democracia, Memória e Justiça

- 23.** É preciso radicalizar a democracia, com uma profunda reforma política e eleitoral, para que a sociedade debata e decida e o governo obedeça e execute. As decisões não podem mais ser tomadas só por homens, só por brancos e só por ricos. Todos os segmentos da população devem poder participar e decidir, independente de condição social, condição física, ocupação profissional, orientação política, educação, cultura, etnia, cor, sexo, idade, identidade de gênero ou religião. Só com horizontalidade e interatividade nas instâncias deliberativas, e transparência nas instâncias administrativas, garantiremos o efetivo empoderamento social e o reencantamento da sociedade com a política.
- 24.** Todas as instâncias públicas do país devem atuar com base na igualdade de direitos, com absoluta independência do sistema econômico, e com imparcialidade em benefício do Bem Comum. O Estado não pode ser dominado por grupos ou conglomerados de interesse econômico.
- 25.** Nenhum brasileiro deve ter mais ou menos direitos do que outro, independente de sua condição social, condição física, ocupação profissional, orientação política, educação, cultura, etnia, sexo, cor, idade, identidade de gênero ou religião. Os serviços públicos devem atender igualmente a todos, do recém-nascido ao idoso, assim como a justiça precisa ser rigorosamente igual para todos.
- 26.** Todos devem ter o acesso à moradia, e à mobilidade urbana, que é um direito social do cidadão. As cidades devem ser planejadas para dar qualidade de vida às pessoas, e não de acordo com os interesses grupos econômicos privados.
- 27.** Os interesses da maioria dos cidadãos brasileiros devem estar sempre acima dos interesses dos grupos econômicos. Nenhuma atividade nociva ao interesse público deve ser permitida.
- 28.** É urgente reduzir drasticamente as desigualdades sociais no país, e trabalhar para melhorar a qualidade de vida de todos, especialmente aqueles que hoje estão na base da pirâmide social

- 29.** Devemos realizar uma reforma tributária que ajude a desburocratizar o ambiente de negócios, e estabeleça uma maior justiça tributária, incluindo a criação de impostos progressivos e proporcionais sobre o rendimento do capital e as heranças.
- 30.** É necessário criar um Programa Nacional de Segurança Pública, que tenha entre suas prioridades a desmilitarização das polícias e a criação de ouvidorias externas, compostas por representantes da sociedade civil. A segurança pública deverá servir ao público, priorizando a proteção ao cidadão, e as liberdades de manifestação devem ser garantidas.
- 31.** A criminalidade deve ser combatida de forma articulada, através de inteligência no combate ao crime organizado, uma nova política de drogas e outras políticas sociais que forem necessárias, principalmente para as populações periféricas das grandes cidades.
- 32.** Devemos garantir a função social das propriedades urbanas e rurais
- 33.** Devemos eliminar os benefícios concedidos, de forma abusiva e ilegal, para algumas classes de funcionários públicos, como por exemplo as aposentadorias especiais para parlamentares, auxílio-moradia para juízes e muitos outros. Precisamos deixar de ser um país com castas privilegiadas as custas de recursos públicos.
- 34.** Devem ser atendidas as recomendações da Comissão Nacional da Verdade, e deve-se fomentar a continuação e a divulgação das investigações históricas em entidades educacionais e ONG's. País sem memória, não possui presente e muito menos perspectiva de futuro.

## S a ú d e

- 35.** Devemos assegurar que todos tenham acesso à saúde física e emocional, tanto preventiva como curativa, independente de sua condição social, condição física, ocupação profissional, orientação política, educação, cultura, etnia, sexo, cor, idade, identidade de gênero ou religião. Atendimento médico competente e humanizado deve ser universalizado para toda a população.
- 36.** É preciso dar todo o apoio político, técnico e financeiro ao desenvolvimento do SUS, assim como incentivar as pesquisas no âmbito da saúde.
- 37.** O Estado deve assegurar a atenção especial à saúde emocional da população via sistema SUS a todas as pessoas que desejarem, inclusive a realização de terapêutica com fins emocionais.



**Saiba mais:** A saúde emocional das pessoas pode ser diretamente influenciada pela qualidade de vida que a cidade oferece. Pessoas que sofrem com a falta de renda, moradia, educação, assistência social, saúde, segurança, mobilidade etc, tem maior propensão a sofrer distúrbios emocionais, que podem afetar toda a família. Segundo a OMS 48% da população mundial sofre de algum tipo de transtorno emocional, sendo que São Paulo, ocupa o 3º Lugar no ranking das cidades que causam maior índice de transtornos emocionais em todo o mundo.

38. As políticas de saúde devem ter um enfoque salutogênico, priorizando a manutenção da saúde física e emocional da população, e não apenas o apoio ao tratamento de doenças. É preciso ajudar a população a se manter saudável, através da universalização do acesso à água tratada e ao saneamento básico, assim como realizar campanhas recorrentes para orientação sobre os hábitos para uma vida saudável, principalmente aos pais e professores.
39. As políticas públicas de saúde devem ser blindadas contra os interesses do sistema privado de saúde, para o qual o que interessa é a doença, e não a saúde das pessoas.
40. É dever do Estado esclarecer a população sobre todos os produtos alimentícios que têm efeitos nocivos à saúde, assim como estabelecer políticas públicas para coibir sua fabricação, propaganda e comercialização.

**Saiba mais:** A falta de políticas assim é a causa da epidemia de obesidade que assola o país: Em 2016 18,9% dos brasileiros estavam obesos (e 53,8% está acima do peso ideal), com seríssimas implicações para a qualidade de vida destas pessoas e onerando os serviços públicos de saúde, com o tratamento dos diversos efeitos colaterais da obesidade.

## Esporte e Lazer

41. A prática de atividades físicas através de esportes, lazer e recreação deve ser incentivada e apoiada prioritariamente como prática social, em benefício da saúde e da qualidade de vida de todos, e não apenas com foco nos esportes competitivos de alto rendimento.
42. Toda população deve ter acesso a espaços públicos de convivência, para a prática de esportes e atividades de lazer, principalmente nas periferias das grandes cidades, sempre respeitadas as características culturais e preferências por atividades de cada comunidade.

43. O acesso à realização de atividades esportivas e de lazer em espaços públicos deve ser tratado também como uma política para combater o medo e a insegurança nos espaços públicos, e para promover um resgate do direito à cidade.
44. Os esportes devem ser estimulados, em todas suas modalidades, potencializando a participação da juventude em campeonatos regionais, nacionais e mundiais, com todo apoio aos esportistas.

## Direitos da Mãe Terra, Meio Ambiente, Agricultura e Segurança Alimentar

45. As terras, as águas e todos os seres vivos que nelas habitam devem ser tratados como senhores de direitos, os Direitos da Natureza de existir de acordo com suas condições originais e seu próprio processo evolutivo, integrados na teia da vida da Terra. Nenhum bioma deve ser destruído e nenhuma espécie deve correr perigo de extinção por causa das atividades humanas.
46. É preciso controlar a atuação de todas as atividades econômicas que impactam no meio ambiente, nos recursos naturais e na saúde da população, em benefício da sustentabilidade, dos Direitos da Natureza e do Bem Comum, fazendo valer a legislação em vigor e criando novas leis para o que for necessário, inclusive sobre o uso de agrotóxicos e os resíduos industriais.
47. Devemos promover ações que estimulem o consumo sustentável, e fortaleçam a consciência coletiva sobre o impacto e o reflexo das ações de cada cidadão e empresa sobre o ecossistema local, regional, nacional e global.
48. É preciso criar políticas, campanhas e tecnologias com o objetivo reduzir drasticamente os resíduos produzidos pela atividade humana, assim como incentivar novas formas de economia, como a economia circular, economia compartilhada, consumo colaborativo etc.
49. Os recursos naturais devem ser protegidos, no campo e nas cidades, conservando as áreas de mananciais, ampliando o sistema de parques, as terras indígenas, os parques urbanos, praças e áreas verdes, sempre preservando os recursos hídricos e monitorando as áreas de risco.
50. Devemos implantar a política de desmatamento ZERO, exigir a recuperação e regeneração das áreas ilegalmente degradadas pelas atividades rurais, e estabelecer um zoneamento rural com cinturões verdes. O aumento da produção agrícola deverá ser feito apenas a partir do aumento da produtividade nas áreas já abertas e disponíveis.

- 51.** É preciso que o governo cumpra a Constituição no que diz respeito a garantir o uso social da terra, com uma política efetiva no sentido de dar uso adequado às terras improdutivas, inclusive as reservadas apenas para especulação imobiliária.
- 52.** Precisamos investir e estimular a ampliação e desenvolvimento das opções mais sustentáveis e saudáveis para a produção agrícola, como a agricultura orgânica, a permacultura, agricultura urbana e periurbana, agricultura sintrópica, agrofloresta, agricultura familiar etc, assim como os sistemas cooperativos para distribuição.
- 53.** Devemos generalizar o apoio tecnológico, comercial e financeiro à agricultura familiar, que assegura cerca de  $\frac{3}{4}$  da base alimentar do país. O fortalecimento e expansão dos pequenos agricultores, que além de fortalecer a segurança alimentar local e regional, também é fundamental para diminuir a pressão demográfica sobre as cidades.
- 54.** O agronegócio precisa ser estimulado a produzir com menos agrotóxicos e menos monoculturas, com maior valor agregado nos produtos antes de exportá-lo e incorporar a sustentabilidade nos seus processos produtivos.

## Democracia Econômica

- 55.** Pequenas e médias empresas, por sua flexibilidade e capacidade de adaptação, devem ser reguladas pelo mercado, mas o Estado precisa exercer um poder regulador para que nenhum setor da economia possa ser dominado por gigantes que eliminam a concorrência e se tornam forças políticas. Diferentes áreas e setores de atividades econômicas devem ter diferentes mecanismos de regulação, e pesos diferenciados da intervenção pública, da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil.
- 56.** Todos os bens naturais do país, recursos não renováveis e de oferta limitada, como as terras, a água, os minérios, gases naturais, as florestas, assim como a fauna terrestre, fluvial e marítima devem ter seu uso e exploração normatizado pelo Estado de acordo como o interesse público, os direitos das gerações futuras e os Direitos da Natureza.
- 57.** As ondas eletromagnéticas, usadas pelo rádio, pela televisão e pela internet, por ser um bem natural, também devem ter seu uso e exploração normatizado pelo Estado de acordo como o interesse público.

- 58.** Obras públicas devem atender estritamente o interesse da sociedade, e não o interesse das empreiteiras, devendo ser planejadas a médio e longo prazo, e realizadas com controle social e transparência. Grandes obras devem ter sua necessidade debatida e aprovada de forma ampla e democrática pelas populações afetadas.
- 59.** Todas as redes de infraestruturas de transportes, comunicação, energia e água devem ser de propriedade ou controle público, planejadas com visão sistêmica de longo prazo e submetidas a processos transparentes e democráticos de decisão, para que a sociedade e os diversos agentes interessados conheçam os projetos e possam debater e equilibrar os interesses.
- 60.** Para enfrentar o cartel dos bancos privados e a especulação financeira, que oneram todo o sistema produtivo, os bancos públicos devem ser usados como contrapeso, inclusive bancos de investimento, e devemos promover a criação de bancos cooperativos locais, para financiar as atividades produtivas a juros que estejam dentro dos padrões internacionais.
- 61.** Os serviços de intermediação, como o financeiro, o comercial, o jurídico e o de comunicação, por se tratar de atividades Meio, das quais dependem todas as atividades Fim, devem atuar com obrigação legal de transparência, regulação e sistemas de auditoria pública, para evitar que se criem oligopólios, monopólios ou grupos de interesse, que possam onerar e travar o desenvolvimento.

## Novas Economias

- 62.** A economia solidária deve ser incentivada, assim como os pequenos empreendedores e empreendimentos sociais, imprescindíveis para a ativação dos circuitos econômicos locais, a produção de bens e serviços populares, geração de empregos e oportunidades, e a valorização das comunidades.
- 63.** Devemos incentivar também a cultura da economia compartilhada, como as plataformas de financiamento coletivo, o compartilhamento de automóveis, de escritórios e outras soluções criativas que desonerem os empreendimentos privados e os das organizações sociais.
- 64.** Precisamos apoiar o desenvolvimento de atividades econômicas criativas, com alto índice de geração de empregos e de baixo impacto ambiental, como aquelas relacionadas à educação, cultura, ciência, tecnologia, agroecologia, agricultura urbana e periurbana, turismo, saúde etc.

- 65. É fundamental investir na pesquisa científica em todas as áreas prioritárias de interesse público, como sustentabilidade, saúde, economia, educação, tecnologia, agroecologia, meio ambiente e urbanismo entre outras.
- 66. Devemos apoiar o uso do software livre na sociedade brasileira, incentivar o seu desenvolvimento e criar mecanismos para que seu uso tenha a preferência em todas as instâncias públicas.

## Comunicação Social

- 67. O setor da comunicação, especialmente a televisiva e a radiofônica, que usam as ondas eletromagnéticas, que são um recurso público, devem ter sua atividade regulada em benefício do Bem Comum, para que a comunicação seja democratizada, respeitando a Constituição Federal. A cultura do consumismo obsessivo, alimentada diariamente pela grande mídia, é nociva à saúde da população, tanto física quanto financeira, e também à saúde do planeta, que segue em direção a um colapso.
- 68. É preciso garantir o direito de antena, mediante o acesso aos meios de comunicação que usem recursos públicos, pelos diversos grupos sociais e políticos, respeitando o pluralismo da sociedade. Possuímos uma das maiores concentrações de mídia no mundo, onde poucos grandes grupos praticamente dominam tudo o que se lê, ouve e assiste no país, o que prejudica muito a realização da Democracia.
- 69. Devem ser criadas políticas de incentivo para a criação de rádios comunitárias e canais comunitários de TV.
- 70. É importante universalizar o acesso gratuito à internet de alta velocidade para toda a população.

